

## **COMUNICADO**

### **Reunião de Médicos Internos na Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos**

Com cerca de 300 médicos internos presentes na Sala Miguel Torga da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, foi discutida a Proposta de Lei que pretende estabelecer o período mínimo durante o qual os Médicos Internos que obtenham formação específica nos estabelecimentos do SNS devem continuar a exercer funções no SNS.

Estiveram representados a Ordem dos Médicos - pelo Presidente do Conselho Nacional Executivo, o Presidente da Secção Regional do Centro, e a Coordenadora Nacional do Conselho Nacional do Médico Interno - o Secretário-Geral dos Sindicato Independente dos Médicos, o Presidente Federação Nacional dos Médicos e o Presidente da Associação Nacional de Estudantes de Medicina.

Reunidos, os médicos internos reafirmam a posição assumida pelas reuniões de Internos realizadas nas Secções Regionais do Norte e Sul, respectivamente em 3 e 8 de Fevereiro de 2011. Isto é, foi manifestada uma oposição frontal e categórica à Proposta de Lei apresentada pelo Governo de implementar um período de fidelização dos recém-especialistas ao SNS após conclusão do internato. No entendimento dos presentes:

-A esmagadora maioria dos médicos recém-especialistas tem estado e continuará a estar altamente motivada para trabalhar no SNS após a realização do internato, contando que lhes continuem a ser oferecidas condições de trabalho dignas e justas. O SNS é também uma conquista do esforço dos médicos, que continuará por eles a ser estimado.

-Ao condicionar severamente a liberdade de escolha laboral dos médicos, a proposta implica uma discriminação negativa face a este profissional que é inaceitável.

- A Proposta em causa manifesta uma intenção clara de tentar degradar as condições de trabalho dos médicos, procurando caminhar para o cenário em que será o Estado a decidir unilateralmente o local de trabalho dos mesmos, com regime laboral e remuneração desconhecidos. O

esforço do Governo deveria idealmente focar esforços na agilização dos mecanismos de contratação após o internato, incentivando a realização de concursos públicos transparentes e céleres.

-Os médicos internos já compensam largamente o Estado pela sua formação por via do seu trabalho. Nesse sentido, a hipótese de devolver qualquer importância que deriva da justa remuneração de trabalho dos médicos é absolutamente reprovável.

-A obrigatoriedade de permanência dos médicos no SNS não contribuirá minimamente para o reforço de qualidade dos serviços prestados à população. Por este motivo, o prejuízo da proposta de Lei extravasa o âmbito dos médicos, afectando potencialmente o próprio SNS.

-Os médicos internos e as estruturas sindicais estão completamente unidos e mobilizados para a realização de todas as formas legais de luta que julguem apropriadas para vincar a posição acima expressa.

Aprovado por aclamação.

Coimbra, 9 de Fevereiro de 2011